

Notas de leitura

FARIA FILHO, Luciano Mendes de.

Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

O livro de Luciano Mendes de Faria Filho tem como objeto a educação pública primária na cidade de Belo Horizonte durante as duas primeiras décadas do século XX. É fruto de dois itinerários que se cruzam na vida do próprio autor: o do menino do interior que descobre, aos treze anos, a cidade “grande” e, dentro dela, a escola com toda a materialidade que seus aguçados sentidos de adolescente apreendiam de forma festiva e/ou dolorosa, e o do pesquisador da história da educação mineira, com diversos trabalhos já divulgados.

O olhar do pesquisador sobre os documentos do Arquivo Público resgatou a vivacidade daquele olhar da meninice, ao focalizar, sobretudo, os sujeitos, suas ações no interior da escola e suas representações sobre ela. Luciano Mendes de Faria Filho encontrou, na farta documentação dos relatórios dos diretores e inspetores escolares, nas cartas, ofícios, circulares e despachos, indícios das discussões e práticas pedagógicas travadas pelos profissionais da escola pública primária mineira nos primeiros anos do regi-

me republicano. Nos relatórios de diretores e inspetores dessa escola tornavam-se visíveis as instituições isoladas e os grupos escolares, as formas de sua organização e de intervenção, toda uma reflexão sobre o trabalho realizado. Produzia-se nesse ambiente, como salienta o autor, um modo muito peculiar de tornar inteligível a educação escolarizada. Forjava-se, simultaneamente, à aferição do cumprimento dos dispositivos legais que faziam exigências às escolas, uma prática de irradiação e de imposição de representações, o que por certo não se fazia sem disputa.

Uma das categorias centrais com as quais o autor trabalhou é a *forma escolar*, distinta de outras formas institucionais e de que ele se apropria de um dos representantes da nova sociologia escolar francesa, Guy Vincent. O grupo escolar está no alvo da sua análise como “forma autorizada” ou símbolo pleno do “moderno”, em oposição às “arcaicas” escolas isoladas, sinal de uma ruptura em termos da educação escolarizada e, diga-se de passagem, não só em Minas Gerais. Como exemplo de racionalização e urbanização da sociedade, o grupo escolar não está, porém, conforme adverte o autor, subsumido a esse momento histórico. Ele tem uma lógica própria que se expressa no ordenamento espacial e temporal, na constituição das subjetividades, nas suas regras, enfim, em tudo o que

constitui uma atmosfera própria que não fica presa nas malhas dos processos sociais e econômicos.

Dá gosto ler os cinco capítulos do livro de Luciano Mendes de Faria Filho. Essa leitura vai revelando o movimento da escola no movimento da cidade mineira. Esse dinamismo vem de um ritmo de ordenação na qual são reelaboradas as identidades dos sujeitos da educação e suas práticas novas e diversificadas de apropriação, tanto das tradições e das inovações do campo educativo escolar, quanto dos recursos de linguagem e práticas de outra procedência, sobretudo, do campo religioso, médico, higienista e jurídico.

O autor tem o cuidado de perspectivar, na sua análise dos sujeitos em ação, a condição de gênero, o que matiza de uma forma instigante e esclarecedora a disputa por certos lugares escolares e a produção e reelaboração das identidades pessoais e profissionais. Gradativamente, vai evidenciando-se todo o processo de racionalização das práticas pedagógicas escolares e a crescente afirmação dos ritmos e necessidades específicas dos estudantes. Vão ganhando sentido a aprendizagem das formas escolarizadas de leitura e escrita.

Enfim, esse é um trabalho da nova história da educação brasileira, realizado com competência e fôlego, atento à complexidade da instituição escolar, liberto da idéia da “determina-

ção em última instância”, que tanto marcou os trabalhos da história da educação na década de 1980 e cujo efeito pernicioso foi a naturalização da escola ou sua desistoricização.

Encontramos, neste livro, uma escola viva, que expressa material e simbolicamente as características do lugar que a abriga: palácio, no centro da cidade, pardieiro no subúrbio, situação que o título da publicação retoma e sintetiza. Destinado aos cursos de formação de professores e a todos os interessados no tema da modernidade pedagógica, originalmente tese de doutoramento, esse livro torna-se leitura obrigatória para todos os que buscam compreender os múltiplos sentidos da escola, termômetro da sociedade, invenção humana hoje em crise, mas ainda mais do que nunca necessária em nossa sociedade.

Clarice Nunes

Pesquisadora Associada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF
Professora no Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (org.).
O empresariamento da educação;
novos contornos do ensino superior
no Brasil dos anos 1990. Rio de
Janeiro: Xamã, 2001

Os meios de comunicação de massa têm mostrado, diariamente, a degradação do processo civilizatório e a banalização da vida humana ao vivo, em tempo real ou por intermédio dos principais periódicos nacionais. Ilustram essa afirmação fatos como a epidemia de AIDS, que ameaça de desaparecimento muitos países do continente africano; a emergência de estados paralelos como na Colômbia, no México, no Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro; o atentado em New York em 11 de se-

tembro de 2001, por representar a tragédia e ser símbolo do que nos acomete neste início de século. Diversos intelectuais defendem a tese de que não se trata de mais uma de muitas das crises do capitalismo, mas que esse degradante quadro da vida humana é o mais perverso no qual o ser humano já se viu. O capitalismo teria existido sob uma forma histórica progressista, isto é, de elevação da condição humana desde seus primórdios até o início do século XX, quando então uma cultura suicida passou a orientar as relações sociais produtoras de nossa existência.

As instituições basilares da sociedade, no momento atual, fragmentam-se e metamorfoseiam-se, mostram-se e escondem-se, tornando-se difícil entender a lógica de seus movimentos fugidios. É necessário delas aproximar-se, guardando, no entanto, certo distanciamento para não ser apanhado em seu ardil a pôr-nos dentro de um totalitarismo cultural e ofuscar-nos a razão. No plano político, o Estado moderno traz em si a matriz desse movimento, que se sustenta na degradação do processo civilizatório e na banalização da vida humana: a mercantilização da esfera política, sob a ditadura do capital. A mesma matriz materializa-se nas tantas ações do Estado, fazendo dos direitos sociais, mercadorias e dos cidadãos, mercadorias que estabelecem suas relações com a sociedade por meio do campo profissional quantificado pelas competências.

No Brasil, a partir da metade dos anos de 1990, o Estado passa a orientar-se por uma racionalidade, que consiste em reduzir sua esfera pública e reconstruir sua regulamentação para expandir sua esfera privada, permitindo que muitas áreas e instituições sociais, antes orientadas pelos valores públicos, sejam agora mercantilizadas. Sem contudo, fazer do Estado uma instituição fraca; ao contrário, ele torna-se controlador, num contexto de democra-

cia regulada e sem liberdade, de hiperpresidencialismo. Tal lógica é o próprio motor da reconfiguração educacional, em curso, da educação infantil à superior. Veja-se a discussão sobre esse último nível alcançar o centro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O empresariamento da educação; novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990, resultado de estudos e investigações de experimentados pesquisadores ligados à UFF, sob coordenação de Lúcia Neves, dado ao público por iniciativa da editora Xamã, mostra-nos, com clareza, as muitas estratégias de materialização da atual fase do processo civilizatório na educação superior. Com necessária didática sem reduções teóricas, o livro põe a nu os fundamentos da mudança do Estado nas políticas sociais, bem como desconstrói os instrumentos burocráticos utilizados pelo Estado, com destaque para as políticas para a educação superior e para a ciência e tecnologia. Precedidos por um incisivo prefácio de Roberto Leher, os diversos autores abordam temas atuais, a saber: Política neoliberal e educação superior (Lúcia Neves e Romildo Raposo Fernandes); Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração (Kátia Regina de Souza Lima); A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I (Marcos Marques de Oliveira); Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais (Alexandre do Nascimento, Andréia Ferreira da Silva e Maria Emília Bertino Algebaile); O neoliberalismo e a redefinição das relações estado-sociedade (Lúcia Neves); O Conselho Nacional de Educação: de aparelho de estado à agência de empresariamento do ensino superior (Andréia Ferreira da Silva); Legislação e planejamento no processo de privatização (Lúcia Neves), Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos (Nicholas Davies); Rumos históricos